

Mattos, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.* 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. 379p.

Publicado primeiramente em 1995 pelo Arquivo Nacional, este trabalho de Hebe Matos, originado em sua tese de doutoramento, obteve o primeiro lugar no Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa em 1993. Agora ganhou nova e merecida edição, que vai permitir sua circulação para um público bem maior.

Ela utilizou uma significativa variedade de fontes, merecendo destaque os processos crimes e cíveis do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, os inventários localizados nos cartórios das cidades de Campos e Silva Jardim, e no Arquivo Nacional, além de diversos jornais publicados em várias localidades do interior fluminense. Com elas pôde desenvolver um importante trabalho que se caracteriza pela riqueza da problematização e acuidade da abordagem. Ela busca demarcar os termos sobre os quais foram redefinidos os padrões de dominação nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição no mundo rural do Sudeste e, especificamente, em alguns municípios fluminenses. *Das cores do silêncio* está dividido em quatro partes. Nas duas primeiras, delineando um cenário marcado por uma crescente perda de legitimidade

da escravidão na segunda metade do século XIX, Mattos busca identificar e confrontar os diferentes significados da liberdade para senhores, escravos e libertos, com destaque para os últimos, e suas mediações com os mecanismos de controle social da escravidão. Nas duas últimas partes, discute as expectativas senhoriais em relação à liberdade na conjuntura da iminente abolição da escravidão e a movimentação de senhores e libertos no mundo do trabalho do pós-abolição.

Na discussão sobre os significados da liberdade nas décadas que antecederam a abolição, ela pormenorizou visões, de direitos senhoriais e escravos, fundadas em práticas produtivas e em comportamentos circunscritos ao universo social da escravidão: mobilidade geográfica, estratificação racial, direito a roça própria, acesso à propriedade, vida comunitária e constituição familiar, condições de pernoite (se fechado, ou livre) e, em especial, a possibilidade de “viver sobre si”. Neste sentido, é interessante notar como alguns cativos conseguiram aproximar-se da situação dos libertos, quando tiveram acesso à terra, explorando sua própria roça; ou, quando escravos de ganho, apenas

pagando um jornal periódico ao seu senhor, constituíram um pequeno pecúlio; ou ainda, quando construíram sólidos laços familiares que, cruzados com relações verticais de parentesco, constituíam complexas redes de solidariedade que lhes permitiam melhores condições de vida e, em alguns casos, acesso à alforria. A autora mostra como o enorme crescimento dessas situações, em um contexto de acelerada perda de legitimidade social da escravidão, possibilitou uma crescente autonomização dos movimentos dos escravos. Além disso, vale ressaltar que neste quadro de mobilidade escrava houve, gradativamente, quase um desaparecimento da menção à cor branca como referência à liberdade e à negra como identidade ao cativo. Parece que, na medida em que crescia o número de libertos, tal associação perdia seu significado.

Na discussão sobre as disputas em torno da liberdade, a autora lembra o destaque que ganhou para os produtores o desenvolvimento de uma estratégia que garantisse a ordem social e, particularmente, a oferta de mão-de-obra para a lavoura. Estas preocupações teriam aproximado produtores escravistas e abolicionistas históricos, que com isso ganharam força. O exemplo dado pelos fazendeiros paulistas, que emancipavam maciçamente seus escravos buscando

colocá-los em situação semelhante à dos colonos, passou a ser referência para os produtores fluminenses. A tese abolicionista passou a se basear na idéia de que a liberdade incondicional evitaria as fugas em massa e permitiria a fixação do liberto nas fazendas, garantindo trabalho disciplinado e aproveitamento da safra. A preocupação com a safra de 1888 teria se generalizado de tal forma que, às vésperas da abolição, muitas listas de escravos alforriados teriam sido publicadas nos jornais pesquisados, indicando que o propósito parece ter sido a retomada do controle da situação, ou seja, a reafirmação de que a concessão da liberdade era uma prerrogativa senhorial, na expectativa de que a sujeição pessoal pudesse garantir a ascendência sobre recém-libertos.¹

Para o pós-emancipação, ela tenta mostrar como as expectativas iniciais dos senhores, de garantir a continuidade da produção e a ordem social, acabaram frustrando-se parcialmente, em especial por causa das enormes dificuldades de reestruturação das relações de dominação. Quanto à continuidade da produção, teria se configurado um quadro marcado, de um lado por disputas entre os senhores pela mão-de-obra disponível, inclusive com uma significativa movimentação de agenciadores de mão-de-obra enviados por senhores de outras pro-

¹ Mattos, *Das cores do silêncio*, pp. 230-237

víncias; de outro lado, pelo surgimento de um grupo de libertos com um perfil social peculiar, pois, a partir das experiências acumuladas no cativo e da reelaboração de valores e comportamentos vindos do mundo dos brancos, credenciavam-se a contestar a ascendência que os ex-senhores pretendiam possuir sobre eles.

Mattos mostra, também, como liberdade e cativo continuaram “categorias-chaves” na definição da ética do trabalho, mesmo no pós-abolição, fazendo com que as estratégias de dominação tivessem que considerar o valor, para os libertos, da mobilidade, da autonomia no controle da produção, além da legitimidade dos laços comunitários. Mostra, portanto, como naqueles anos o significado da liberdade não era unívoco, nem era estático, ganhando conotação parecida com aquela dada por Eric Foner, quando estudou a propósito dos libertos no sul dos Estados Unidos: um “terreno de conflito”. Aliás, essa não é a única proximidade com a abordagem feita por

Foner. Ele próprio já mencionou, a propósito da semelhança entre a experiência norte-americana e do Caribe, a estreita relação existente entre o controle do trabalho e do acesso a recursos econômicos no pós-abolição.²

Em abordagem recente sobre a historiografia brasileira, Ronaldo Vainfas argumentou a favor da conveniência da utilização de diferentes escalas de observação, para além dos tradicionais paradigmas da macrohistória e da microhistória.³ São poucos os trabalhos que incursionam com sucesso neste terreno e *Das cores do silêncio* é, certamente, um deles. Ele está entre aqueles que buscam uma nova trajetória para a historiografia da escravidão, superando a clássica polarização entre a conhecida “teoria do escravo-boia” e a chamada “história culturalista”.⁴ Nele, Mattos combina com maestria o recurso ao tratamento serial e quantitativo a uma narrativa centrada em histórias de vida, através das quais reconstitui o tecido das relações sociais onde se desenvol-

² Eric Foner, “O significado da liberdade”. *Revista Brasileira de História*, 9 (1988), pp. 10; para o segundo aspecto, ver Eric Foner, *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; Brasília, CNPq, 1988, p. 79.

³ Ronaldo Vainfas, “Caminhos e descaminhos da história”, in Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* (Rio de Janeiro, Campus, 1997), pp. 447-448.

⁴ Para abordagens sobre a historiografia da escravidão no Brasil, ver Stuart B. Schwartz, “Recent trends in the studies of slavery in Brazil”. *Luso-Brazilian Review*, 25: 1 (1988), pp. 10-11, Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro—século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, pp. 19-32; Sílvia Hunold Lara, *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 103-107; Sílvia Hunold Lara, “Blowing the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, 12 (1995), pp. 43-56.

veram mediações entre os significados da liberdade e do cativo, conseguindo desvendar as definições senhoriais de liberdade para os libertos que garantiriam sua dominação sobre eles. Para o Brasil, vários trabalhos já se dedicaram demoradamente às experiências de escravos e libertos na luta com seus senhores e ex-senhores por melhores condições de vida ainda no cativo, por sua liberdade ou, ainda, por conquistas que associavam a esta última. Vale lembrar que, do pon-

to de vista senhorial, muitas vezes o liberto se encontrava a razoável distância do que entendemos como a efetiva condição de livre.⁵ É certo que aqui estamos nos referindo àqueles que mantiveram-se lutando pela liberdade dentro dos horizontes do sistema. Com seu trabalho, Mattos confirma a existência de uma diversidade de significados atribuídos à liberdade pelos escravos e recém-libertos.

Afonso Bandeira Florence
Universidade Federal da Bahia

⁵ Maria Inês Côrtes de Olivera, *O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador: 1790-1890*, São Paulo, Corrupio; Brasília, CNPq, 1988, pp. 31-51, Sidney Chalhuob, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 102-115; Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 30-40; Eduardo Silva, *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997